

Ministério
da Fazenda

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário 1: Consiste no cenário provável para os fatores de risco e tem como base as informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc), tais como a curva de taxa de juros futuros. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$1,5603 e a taxa de juros de 1 ano foi de 12,25%a.a.

Cenário 2: Foram realizados choques paralelos de 25% com base no mercado de 30 de junho de 2011 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$1,9504, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 15,31%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representado choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram realizados choques paralelos de 50% com base no mercado de 30 de junho de 2011 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,3405, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 18,37%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 30 de junho de 2011. Os resultados apresentados nos cenários de stress (Cenários 2 e 3) ratificam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que registra baixa variação no valor a mercado das posições detidas pela instituição.

O Banco mantém como política de investimento não atuar no mercado de derivativos e a sua exposição atual detém 71,64% (ante 72% do semestre anterior) do valor a mercado dos ativos da carteira alocados em títulos públicos indexados à SELIC e papéis privados indexados ao CDI, não havendo, assim como registrado no segundo semestre de 2010, alteração relevante nas exposições da Instituição.

28. Informações Complementares

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	4.565.689	4.065.268
Coobrigação em cessão de créditos - alongamento crédito rural	82.597	79.685
TOTAL	4.648.286	4.144.953

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$135.492 (R\$120.222 em 2010), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

Tipo	2011	2010
Seguro de incêndio	135.197	119.907
Seguro de automóveis	295	315
TOTAL	135.492	120.222

c) Contingências

c.1) Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. A constituição de provisão para passivos contingentes atende ao CPC nº 25 e Resolução Bacen nº 3.823/2009. O Banco possui provisão suficiente para arcar com o ônus dessas demandas contrárias. As ações mais relevantes são as seguintes:

a. **Ações trabalhistas** - referem-se a processos movidos, na maioria por ex-empregados, relacionados à isonomia salarial, recebimento de horas-extras, recebimento de 40% de multa de FGTS, recebimento de adicional de função, diferenças de planos econômicos e diferenças de verbas de rescisões contratuais. As ações são agrupadas por tipo e objeto às quais são atribuídas "perdas médias esperadas" e "fatores de ponderação de perdas" apuradas em estudo estatístico e revisado, anualmente, com base nas ações encerradas nos últimos 05 anos.

b. **Ações de natureza cível** - Em sua maioria representam ações relacionadas à reparação de danos morais e patrimoniais, em função de inscrição em órgãos restritivos, pagamento de cheques falsificados e contes-

tação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos. As ações são agrupadas em função do objeto às quais são atribuídas "perdas médias esperadas" apuradas em estudo estatístico, considerando as ações encerradas nos últimos cinco anos. Para as ações sem decisão, ou com decisão favorável a provisão é feita com base nas perdas médias esperadas. Nas ações com decisão desfavorável a provisão é de 100% do valor da condenação. Provisionam-se, ainda, as condenações do Banco em honorário de sucumbência.

c. **Ações de natureza fiscal** - São ações decorrentes de autuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados;

d. **Outros** - referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição.

A movimentação da provisão no semestre está abaixo especificada (nota explicativa nº 13. b).

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Adição	Utilização	Saldo em 30.06.2011
Trabalhista	28.215	4.082	(5.099)	27.198
Cível/Fiscal	23.542	4.783	(3.601)	24.724
Fdos Invest.	19.398	1.787	(2.913)	18.272

c.2) Fundos de investimento

Até 30 de junho de 2011, foram interpostas contra o Banco 807 ações judiciais para liberação de recursos aplicados nos fundos de investimento, que eram custodiados pelo extinto Banco Santos S.A. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$18.273 (R\$21.998 em 2010). No semestre, foram cumpridas 25 ações no valor de R\$2.913.

c.3) FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos iniciais indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$18.028, com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2011 (0,0002211). No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

29. Internacional Financial Reporting Standard (IFRS)

O Banco finalizou suas análises sobre consolidação de veículos legais, de acordo com a "IAS nº 27 - Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas" e a "SIC nº 12 - Consolidação de SPEs", e concluiu que não possui empresas coligadas e controladas ou outros veículos legais que devam ser consolidados pelo Banco. Dessa forma, o Banco não está enquadrado na exigibilidade de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade, definidos pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), conforme determinam as instruções CVM nº 457/2007 e Circular nº 3.472/2009 do Banco Central do Brasil. Apesar da não obrigatoriedade, a Administração do Banco já adotou medidas, inclusive com a contratação de consultoria especializada, para possibilitar a implementação das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

30. Outras Informações

Em 30 de junho de 2011 e 2010, não existiam contratos de derivativos em aberto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA Nº 2011/005

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião extraordinária realizada nesta data, com base no Parecer dos Auditores Independentes, aprovou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Banco e do FNO referentes ao primeiro semestre de 2011.

Belém (PA), 29 de julho de 2011

CONSELHO FISCAL

PARECER CF Nº 2011/003

Ref. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 1º SEMESTRE DE 2011.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Instituição relativas ao primeiro semestre de 2011. Com base no Parecer da Auditoria Independente, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 29 de julho de 2011, e nos exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2011, exceto com relação aos assuntos mencionados no parágrafo da seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", do citado Parecer da Auditoria Independente, relacionados à reestruturação da CAPAF.

Belém (PA), 29 de julho de 2011.